



## **5.ª Reunião de Câmara | Ordinária Pública**

**19 de fevereiro de 2024, 16:00h**

**Maia, Paços do Concelho**

Ao décimo nono dia do mês de fevereiro de dois mil e vinte e quatro, pelas dezasseis horas, na sala de reuniões no terceiro piso do Edifício dos Paços do Concelho, realizou-se a quinta reunião de Câmara, ordinária.

Presidiu à reunião o Senhor Presidente da Câmara Municipal, António Domingos da Silva Tiago.

Secretariou a reunião a Chefe da Unidade de Apoio aos Órgãos Autárquicos, Marisa Neves.

### **Presenças:**

1. Presidente, António Domingos da Silva Tiago
2. Vereador, José Francisco Ferreira da Silva Vieira de Carvalho
3. Vice-Presidente, Emília de Fátima Moreira dos Santos
4. Vereador, António Manuel Leite Ramalho
5. Vereador, Mário Nuno Alves de Sousa Neves
6. Vereadora, Sandra Raquel Vasconcelos Lameiras
7. Vereador Paulo Fernando de Sousa Ramalho
8. Vereadora, Marta Moreira de Sá Peneda
9. Vereador, Paulo Sérgio Fernandes da Rocha
10. Vereador, Hernâni Avelino da Costa Ribeiro
11. Vereador, António José Ferreira Peixoto

A reunião teve início pelas 16:00h, com a seguinte ordem de trabalhos:



## 1. Período de Intervenção do Público

O Senhor Rui Martins Henriques interveio para falar sobre estacionamento indevido na Rotunda dos Maninhos e, sendo morador na Rua António Pereira Maia, precisava do acesso à rotunda, ou como condutor ou mesmo como peão. Mais referiu que em finais de outubro/novembro do ano transato, tinha-se dirigido à Câmara Municipal para saber o que poderia fazer para que a situação fosse resolvida, tendo enviado para o Diretor do Departamento de Conservação, Manutenção, Energia e Mobilidade, Vitor Ascensão, um e-mail, datado de dois de novembro de dois mil e vinte e três. Passado cinco dias, tinha recebido um e-mail dando nota que o e-mail previamente enviado deveria ter sido para a Chefe de Divisão de Energia e Mobilidade, Adelina Rodrigues, e que tinha sido solicitado internamente o apoio da Polícia Municipal e Fiscalização, por forma a ser cumprido o Código de Estrada. Considerava não ser uma resposta suficientemente satisfatória para resolver o assunto, porque naqueles dias, o que acontecia, continuava a acontecer passado três meses. Respondeu também via e-mail a dar nota que procurava soluções e passado três dias mandou mais um a dar nota de um incidente ocorrido com o condutor de carro estacionado quase em cima da passadeira, junto à farmácia. Enviou novamente um e-mail a dar nota que daria até ao dia quinze de fevereiro para ser resolvido de uma maneira concreta, senão enviaria um e-mail diretamente à Presidência, tendo assim feito em dezasseis de novembro de dois mil e vinte e três. Passado três meses, dia dezanove de fevereiro de dois mil e vinte e quatro, a situação mantinha-se, sem ninguém lhe ter respondido. Considerava que havia falta de civismo, mas se não fosse feito nada, a mesma continuaria. Mais sugeriu que fossem colocados postes com sinalética de proibição de estacionamento. Poderia não resolver a situação, mas funcionaria como uma chamada de atenção. Considerava também que a Polícia Municipal ou qualquer outra autoridade poderia fazer uma paragem STOP e bloquear os carros, uma vez por semana ou duas vezes por semana. Isso seria uma forma de educar, dado que aquela situação trazia custos para os prevaricadores. Mais solicitou uma resposta por escrito ao que pretendiam fazer, para poder acompanhar.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, António Domingos da Silva Tiago, deu nota que, segundo informação prestada pelo Senhor Vereador Mário Nuno Alves de



Sousa Neves, desde janeiro até ao corrente dia já tinham sido passadas quarenta e cinco multas de mau estacionamento nesse local.

O Senhor Vereador, Mário Nuno Alves de Sousa Neves, referiu que conhecia a situação de estacionamento abusivo no local e que já tinham sido passadas várias multas. Mais acrescentou que iriam estudar uma forma, para além da disciplina que a multa deveria provocar, e procurar outros meios para a inibição de estacionamento abusivo. Mais referiu que ninguém poderia garantir que não houvesse prevaricadores. Em relação à colocação da sinalética, deu nota que a mesma não poderia ser colocada de forma aleatória, havendo regras a cumprir, mas iriam estudar a situação e ver o que de ponto legal poderia ser feito.

O Senhor Vereador, José Francisco Ferreira da Silva Vieira de Carvalho, afirmou que era de lei.

O Senhor Vereador, António José Ferreira Peixoto, referiu que o Código de Estrada já proibía o estacionamento na rotunda e o mesmo acontecia mais à frente, junto às pastelarias.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, António Domingos da Silva Tiago, salientou que havia falta de civismo e que os Serviços Técnicos estavam a estudar soluções para o local, incluindo, até, a questão do uso da via pública como local de garagem.

Estiveram presentes o Senhor Bruno Miguel Ribeiro Brás e o Senhor José Miguel Silva Neves Seiteira, representantes da Associação de Pais e Encarregados de Educação da Escola EBI, n.º 2 de Gueifães, tendo intervindo o Senhor Bruno Miguel Ribeiro Brás, dando nota que a Associação tinha começado a falar com a Câmara Municipal desde quatro de abril de dois mil e vinte e três, alertando para a existência de uma árvore com raiz podre que já tinha caído por cima do telhado da escola e poderia ter atingido alguma criança. Devido a essa situação, a Associação tinha enviado durante duas semanas seguidas quatro *e-mails*, até que uma mãe tinha ameaçado chamar a CMTV e a situação ficou resolvida. Mais deu nota que em maio tinham reunido com o Diretor do Departamento de Educação, Ciência e Cultura, Júlio Guimarães, para falarem sobre algumas questões que se prendiam com a segurança da escola, sendo que a entrada na mesma era relativamente fácil, e apesar da escola ter mais de oito mil metros quadrados não havia um campo de



futebol. Mais referiu que só na semana passada a questão da segurança tinha ficado resolvida, numa manhã de trabalho. Mais deu nota do último *e-mail* da Câmara Municipal, assinado pelo Diretor do Departamento, a transmitir que a questão do acesso à escola iria ficar resolvida, e tal assim ficou, sobre a colocação de gradeamento nas traseiras do estabelecimento que estava podre. Em relação ao constrangimento das águas pluviais, tinha havido uma inundação e no *e-mail* era feito um ponto de situação, bem como em relação à questão de infiltrações nas salas, já tinham sido tomadas providências para a substituição de três salas do pré-escolar, a qual tinha sido feita nas interrupções das aulas. Na reunião de oito de novembro com a Senhora Vereadora da Educação, Emília de Fátima Moreira dos Santos, resultou que em nenhuma escola antiga e que fosse centenária, a Câmara Municipal colocaria nenhum parque infantil e que até março a escola teria um parque de futebol, mas no momento, o que viam era que, por exemplo, a Escola de Santa Cristina iria ter um parque infantil no valor de €36 000,00 (trinta e seis mil euros) e que a Associação de Pais só iria contribuir com dois equipamentos, ao contrário do que tinha dito a Senhora Vereadora. Também na Escola da Guarda seria colocado um parque infantil e a Associação de Pais não iria contribuir com nada. Mais acrescentou que tinha sido dito quer pela Senhora Vereadora quer pelo Diretor de Departamento que não se iria fazer nenhuma intervenção nem pagariam qualquer tipo de parque infantil, mas isso não era a realidade. Em Frejufe, havia cento e trinta alunos com dois parques infantis. Mas falou sobre o perigo de uma árvore "tília prateada" e de pneus, que a própria Associação teve que recolher.

O Senhor Presidente da Câmara, António Domingos da Silva Tiago, solicitou que fossem mais precisos quanto ao que gostariam para a Escola. Mais referiu que os exemplos dados só engrandeciam o Município, mas que, eventualmente, faltaria fazer alguma coisa nessa Escola. Mas referiu que não teria sido preciso terem vindo à reunião de Câmara, dado que tinham a Associação de Pais, o Agrupamento de Escolas, a Fapemaia e a estrutura da Câmara (Departamento e Divisão da Educação).

A Senhora Vice-Presidente da Câmara Municipal, Emília de Fátima Moreira dos Santos, deu nota que não teria sido preciso terem-se deslocado a reunião de Câmara para expor a situação. Mais referiu que nunca tinha havido, nem com aquela Associação, nem com a anterior, nem com qualquer outra Associação do Concelho qualquer incompatibilidade, nem com ela própria nem com os respetivos Serviços



Camarários. A Escola tinha sido alvo de intervenção no presente mandato, quer na Escola Plano Centenário, quer nas salas do 1.º ciclo e quer no pré-escolar. Antes da presente Associação ter tomado posse, ainda no período de vigência da anterior Associação, tinham substituído as telas do telhado, tinham feito pinturas interiores e exteriores, tinham substituído soalhos, tinham reforçado o aquecimento, corrigindo de acordo com a certificação energética e com as medidas adotadas. Mais salientou que o seu maior desafio não era o cimento, mas sim criar escolas humanizadas e que garantissem às crianças oportunidades de felicidade, para além da aprendizagem enquanto seres únicos, em crescimento contínuo. Mais referiu que a árvore que carecia de um abate urgente tinha sido abatida no dia vinte de abril, dado a existência de um relatório atestando o mau estado da mesma, antes da reunião técnica que tinha havido com a Associação. Mais deu nota de outros procedimentos que tinham sido encetados para resolver outras situações, salientando que ela própria e a equipa andavam pelos estabelecimentos escolares e reconheciam o que estava mal, mas não se resolviam de um momento para o outro. Em relação a parques infantis e parques desportivos, deu nota da existência de um anteprojecto feito pelo Desporto, sem ainda previsão cabimental, o qual incluía um campo de futebol relvado, um espaço destinado a basquetebol e um circuito de manutenção. Como a área exterior era grande e porque a Câmara Municipal tinha aderido às Cidades Educadoras, estavam a desenvolver um plano de intervenção em espaços exteriores que não passava só única e exclusivamente pelos parques infantis. Teriam que abrir projetos aos labirintos verdes e criar espaços de hortas pedagógicas. Em relação à questão de segurança, a mesma já estava resolvida, com portas automáticas. Em relação à Escola de Frejufe, tinha sido em conjunto com a Associação de Pais e a Junta de Freguesia, dado que no âmbito do Orçamento Participativo da Junta de Freguesia, a Associação tinha apresentado um projecto, e na Guarda, a Associação de Pais tinha-se candidatado ao projecto “Bairro Feliz”, tendo também ganho. Mais referiu que a equipa não considerava ser ajustado um parque infantil tal como estava desenvolvido como por exemplo em Santa Cristina. Mais salientou que tinha sempre as portas abertas.

O Senhor Bruno Miguel Ribeiro Brás realçou que se estava sempre aberta, não tinham recebido resposta a *e-mails* e o que pediam, tinha sido prometido em novembro.



A Senhora Vice-Presidente da Câmara Municipal, Emília de Fátima Moreira dos Santos esclareceu que as Associações de Pais não eram entidades fiscalizadoras, mas sim entidades cooperantes e era à Coordenadora da Escola que pediam que informasse a comunidade educativa (Associação de Pais e Juntas de Freguesia).

A Senhora Vereadora, Marta Moreira de Sá Peneda, sem prejuízo do que tinha sido dito na intervenção da Senhora Vice-Presidente, e na qualidade de Vereadora do Ambiente, interveio para defender a estrutura, e a Associação, com responsabilidades acrescidas naquela matéria, deveriam ser os primeiros a defender, sobretudo quando estavam a falar de uma escola, onde estavam a formar pessoas que iriam ser os verdadeiros destinatários daquela crise global que todos viviam com as alterações climáticas. Era natural que houvesse um cuidado acrescido sempre que procediam a um abate de uma árvore. No caso em concreto, tinham dito que só tinham atuado com a ameaça de uma mãe de chamar o Correio da Manhã; mas após o reporte de situação, os Serviços Camarários atuaram em conformidade com o relatório fitossanitário, mas havia procedimentos a cumprir. Em relação à "tília prateada", deu nota que a mesma ainda não tinha relatório fitossanitário; e em relação aos pneus e, apesar de não saber o porquê de lá estarem, deu nota que estava totalmente recetiva e disponível para fazer a recolha dos mesmos.

O Senhor Bruno Miguel Ribeiro Brás deu nota que a Senhora Vice-Presidente tinha informado que tinham que serem eles próprios a tirar os pneus e tinha sido isso que tinham feito. Mais foi dito que ainda havia cinco pneus que não tinham sido retirados porque precisavam de maquinaria específica.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, António Domingos da Silva Tiago, referiu que os Serviços Camarários tratariam desse assunto. Mais salientou que se ainda faltava fazer algo que a Associação de Pais tinha entendido necessário, era porque tal ainda não tinha sido possível.

O Senhor Vereador, José Francisco Ferreira da Silva Vieira de Carvalho, agradeceu que tivessem vindo porque a maior parte daquelas "falhas" não eram reportadas à Oposição, e eles estavam ali para ouvir e tomar nota.



O Senhor Vereador, António José Ferreira Peixoto, deu nota que no período de antes da ordem do dia, iria abordar aquela questão, porque tinham-lhe enviado um comunicado feito pela Associação.

O Senhor Bruno Miguel Ribeiro Brás deu nota que o comunicado tinha sido completamente isento e apesar de alguns pais terem colocado uma conotação política, não consideravam tal.

A Senhora Vice-Presidente, Emília de Fátima Moreira dos Santos, deu nota que poderiam ter tido um momento para falar das coisas boas da Escola, de projetos educativos municipais, de políticas públicas municipais, como era o inglês no 1.º e 2.º ciclo, as ciências e a filosofia para crianças.

O Senhor Bruno Miguel Ribeiro Brás deu nota que tinham nos seus apontamentos as coisas boas, mas devido à economia de tempo não tinha sido possível elencar as mesmas.

O Senhor António Monteiro de Melo interveio, para dar nota que há cerca de três meses tinha estado na reunião de Câmara, mas o assunto ainda não estava resolvido: na Rua Nova do Corim havia sinalização no chão, de estacionamento proibido, em frente à garagem, mas o estacionamento continuava. Era necessário colocar algo físico para que o estacionamento não fosse mesmo possível. Mais acrescentou que os passeios junto à Escola tinham sido alargados, mas estavam a servir para estacionar.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, António Domingos da Silva Tiago, solicitou que, acerca desse assunto, o Município se reunisse com o Chefe da Divisão de Projetos, Espaço Público e Infraestruturas, Pedro Tiago.

## **2. Período de Antes da Ordem do Dia**

A Senhora Vereadora, Sandra Raquel Vasconcelos Lameiras, interveio, para falar de uma sinalização de trânsito junto à rotunda junto à EN107, perto do Colégio Novo da Maia. O autocarro, quando vinha no sentido do Maiashopping para o Centro da Maia, parava junto à rotunda, do lado direito, antes da passadeira. Os carros ultrapassavam o autocarro, mesmo tendo traço contínuo, apanhando os miúdos na passadeira. Consideravam que poderiam ser ali colocados pilaretes à frente da passadeira,



impedindo assim a ultrapassagem, dada a existência de pilaretes a dividir a faixa ou então, a colocação de semáforos.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, António Domingos da Silva Tiago, considerou que, mais uma vez, estavam perante um caso de indisciplina e desrespeito. Mais deu nota que o Chefe da Divisão de Projetos, Espaço Público e Infraestruturas, Pedro Tiago, iria estudar a situação e apresentaria uma solução.

O Senhor Vereador, Paulo Sérgio Fernandes da Rocha, interveio, para dar nota de reclamações de dois munícipes, sendo que uma delas iria provar que o PS tinha votado corretamente contra as contas dos SMAS e o orçamento da Maiambiente. Apresentou uma fatura em que água era do valor de €7,00 (sete euros), saneamento €5,00 (cinco euros), resíduos sólidos €13,00 (treze euros), em que a pessoa não recolhia diariamente, não entendendo o porquê de haver uma diferença tão grande, tendo ficado de enviar dados à Senhora Vereadora, Marta Moreira de Sá Peneda, para averiguar. A segunda reclamação prendia-se com o facto dos SMAS quererem implementar a teleleitura, com o envio de uma carta, e naquela habitação em concreto já era possível aplicar, questionando o porquê de estarem a solicitar novamente dados que já tinham, sendo duplicação de tempo e de gastos. Mais questionou o porquê de estarem a obrigar o cliente a preencher novamente a informação quando tinham o contrato, e enviar via correio, e a pedir colaboração. Mais referiu que deveria haver colaboração, porque se o SMAS tinha aquela capacidade na morada, a única coisa que teria que fazer, era avisar o consumidor, a exemplo do que a E-Redes fazia, avisava e estando o contador do lado de fora, era só trocar e registar a leitura, deixando na caixa do correio.

O Senhor Vereador, Hernâni Avelino da Costa Ribeiro, esclareceu que, com a teleleitura, na altura de calcular os valores da fatura, os SMAS tinham os dados, acabando com as faturas estimativa. Mais referiu que havia uma série de vantagens para os clientes, porque havia controlos no que dizia respeito ao consumo, permitindo identificar com alguma facilidade, na hora, ruturas. Em caso disso, e com dados atualizados, era possível enviar SMS ou *e-mail* a solicitar que fosse verificado se estava tudo bem, dado que tinha sido verificado um consumo anormal de água na residência. No processo de passagem dos contadores analógicos antigos para os novos havia uma melhoria do serviço a prestar, se os SMAS tivessem os dados dos



clientes atualizados. Em relação à fatura, confiando no tarifário aprovado e se tinha sido faturado naquele valor, e não havendo nenhum erro de leitura, a fatura estaria bem.

A Senhora Vereadora, Marta Moreira de Sá Peneda, em relação à fatura apresentada, não tinha dados suficientes que lhe permitissem saber se estava certa ou errada, solicitando que lhe fossem enviados mais dados e a Maiambiente prestaria os respetivos esclarecimentos. Pelo facto de terem pedido colaboração aos clientes e da E-Redes não atuar assim, esclareceu que ela própria tinha recebido uma carta da citada empresa, e na qual era expresso que poderia ser necessária a presença dela ou de alguém que a representasse para haver acesso ao contador.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, António Domingos da Silva Tiago, deu nota que o cliente teria que interagir com os SMAS para saber o que, eventualmente, estaria mal, e que, quanto à teleleitura, referiu que a Maia era um dos poucos Municípios que tinha aquele sistema. Em relação ao pedido de dados, esclareceu que seria para se obter uma base de dados a mais fidedigna possível, justa e correta.

### **3. Aprovação da ata da 34.ª reunião de Câmara extraordinária de 07 de dezembro de 2023**

Depois de submetida a discussão e votação foi a ata da 34.ª reunião de Câmara extraordinária de 07 de dezembro de 2023, **aprovada por unanimidade**.

Não participaram na votação a Senhora Vereadora Sandra Raquel Vasconcelos Lameiras e o Senhor Vereador Paulo Fernando de Sousa Ramalho, por não terem estado presentes na reunião a que ata dizia respeito nos termos do impedimento legal previsto no n.º 3 do art.º 34.º do Código de Procedimento Administrativo.

### **4. Aprovação da ata da 35.ª reunião de Câmara extraordinária de 14 de dezembro de 2023**

Depois de submetida a discussão e votação foi a ata da 35.ª reunião de Câmara extraordinária de 14 de dezembro de 2023, **aprovada por unanimidade**.

Não participaram na votação os Senhores Vereadores António Manuel Leite Ramalho e Paulo Fernando de Sousa Ramalho, por não terem estado presentes na reunião a que ata dizia respeito nos termos do impedimento legal previsto no n.º 3 do art.º 34.º do Código de Procedimento Administrativo.



**5. Aprovação da ata da 36.ª reunião de Câmara ordinária pública de 18 de dezembro de 2023**

Depois de submetida a discussão e votação foi a ata da 36.ª reunião de Câmara ordinária pública de 18 de dezembro de 2023, **aprovada por unanimidade**.

Não participaram na votação a Senhora Vereadora Marta Moreira de Sá Peneda e o Senhor Vereador Mário Nuno Alves de Sousa Neves, por não terem estado presentes na reunião a que ata dizia respeito nos termos do impedimento legal previsto no n.º 3 do art.º 34.º do Código de Procedimento Administrativo.

**6. Atribuição de apoio financeiro à Junta de Freguesia de Pedrouços para a realização da Semana Cultural 2023 - €8000,00 (oito mil euros)**

Proposta subscrita conjuntamente pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal, António Domingos da Silva Tiago e pelo Senhor Vereador do Pelouro da Cultura e Conhecimento, Mário Nuno Alves de Sousa Neves – registo n.º 1211/24

Depois de submetida a discussão e votação foi a atribuição de um apoio financeiro à Junta de Freguesia de Pedrouços, no valor de €8000,00 (oito mil euros), **aprovado por unanimidade**.

**7. PRR – Plano de Recuperação e Resiliência | 1.º Direito – Programa de Apoio ao Acesso à Habitação | Ratificação do Contrato de Participação SIGA n.º 62589 | “Construção de 6 fogos – Rua do Regado, Águas Santas”**

Registo n.º 7117/24

Depois de submetido a discussão e votação foi o contrato de participação SIGA n.º 62589 | “Aquisição de terrenos e construção de seis fogos – Rua do Regado, Águas Santas”, **ratificado por unanimidade**.

**8. Abertura de procedimento concursal comum para ocupação de 1 (posto) de trabalho da carreira de Técnico Superior – Médico/a Veterinário/a**

Proposta subscrita pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal, António Domingos da Silva Tiago – registo 47 293/22

Depois de submetida a discussão e votação foi a abertura de procedimento



concursal comum para ocupação de um posto de trabalho da carreira de técnico superior, cujo júri seria composto pelo Presidente: Francisco José Melo e Cunha, Diretor do Departamento de Sustentabilidade Territorial; Vogais efetivos: Susana Paula Ribeiro Soares, Chefe da Divisão de Recursos Humanos, que substituiria o Presidente nas suas faltas e impedimentos e Ana Luísa da Silva Vieira, Médica Veterinária Municipal; Vogais suplentes: Marta Helena Campos da Silva Moreira, Chefe da Divisão de Ambiente e Susana Maria Costa Pinto, Técnica Superior da Divisão de Recursos Humanos, **aprovada por unanimidade**.

#### **9. Tarifário dos SMAS da Maia para 2024**

Informação do Departamento de Finanças e Património – registo n.º 4594/24

A Senhora Vereadora, Sandra Raquel Vasconcelos Lameiras, deu nota que, relativamente ao tarifário, havia uma informação no texto que referia que a ERSAR teria informado os SMAS de que não poderia fazer aquela atualização, dado que só poderia a fazer quando aprovasse o novo regulamento. Face àquela informação, questionava qual tinha sido o tratamento que aquela recomendação tinha tido.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, António Domingos da Silva Tiago, informou que o regulamento já se encontrava aprovado.

A Senhora Vereadora, Sandra Raquel Vasconcelos Lameiras, mais acrescentou que não era o novo, dado que até na informação estava expresso que ainda poderia demorar alguns meses até que o novo regulamento dos SMAS fosse aprovado e entrasse em vigor.

O Senhor Vereador, Hernâni Avelino da Costa Ribeiro, esclareceu que os SMAS, com aquele novo tarifário, não alterariam a estrutura do tarifário em vigor. Os SMAS tinham feito uma proposta e a resposta tinha sido que só seria possível com a alteração do regulamento.

A Senhora Vereadora, Sandra Raquel Vasconcelos Lameiras, deu nota que havia documentos a mais naquele ponto. Mais acrescentou que o Senhor Presidente tinha dito que iria aumentar de acordo com a inflação, no valor de 3,5%, mas a inflação era de 4,3%.



O Senhor Presidente da Câmara Municipal, António Domingos da Silva Tiago, esclareceu que, aquando da decisão, a indicação inflacionária era a de 3,2%, pelo que tinham acertado para 3,5% tendo sido isso que foi aprovado.

A Senhora Vereadora, Sandra Raquel Vasconcelos Lameiras, questionou se já tinham aprovado em 2023, o porquê de só ser presente a reunião de Câmara no momento.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, António Domingos da Silva Tiago, esclareceu que esteve a ser analisado, apesar de também considerar que a sua apresentação tinha sido tardia.

A Senhora Vereadora, Sandra Raquel Vasconcelos Lameiras, referiu que, não obstante aquela trapalhada, lembrou que o PS tinha vindo a propor que o tarifário dos SMAS pudesse aumentar, mas proporcionalmente aos escalões. No ano transato, tinham apresentado uma Declaração de Voto em que defendiam que o 1.º escalão não tivesse aumento, e depois os escalões e famílias numerosas já estavam contempladas, mas se se pretendia que as pessoas poupassem água, o que faria sentido era que se fizesse repercutir aquele aumento de facto nos escalões mais elevados e não no 1.º. E era por isso que votariam contra. No ano transato, em reunião de Câmara, já tinham falado em ser adotado no próximo ano, essa medida.

Depois de submetido a discussão e votação foi o tarifário dos SMAS da Maia para 2024, **aprovado por maioria, com os votos contra do Partido Socialista**, que apresentou Declaração de Voto a constar da ata final ditada pela Senhora Vereadora Sandra Raquel Vasconcelos Lameiras: "Os Vereadores do PS votam contra neste ponto por considerarem que o aumento do tarifário não deveria ser homogéneo em todos os escalões do tarifário de consumo de água. Face à escassez de água potável, cabe aos Municípios implementar políticas que contribuam para o incentivo à poupança no seu consumo, pelo que no primeiro escalão não deveria existir um aumento, e nos escalões superiores, desde que acautelada a situação de famílias numerosas, o aumento deveria ser superior".

#### 10. **Tarifário do Serviço de Gestão de Resíduos 2024 – retificação – Maiambiente**

Informação do Departamento de Finanças e Património – registo n.º 3468/24

Depois de submetido a discussão e votação foi o tarifário do Serviço de Gestão de



Resíduos Urbanos para 2024 - retificação, **aprovado por maioria, com os votos contra do Partido Socialista.**

**11. Empreitada de “Construção do Edifício B9 – Novo Centro Comunitário e Sociocultural de Vermoim/Sobreiro – Cidade da Maia”**

Proposta de decisão sobre pedido de esclarecimentos/erros e omissões

Informação da Divisão de Contratação Pública e Aprovisionamento – registo n.º OBM 43/23

Depois de submetida a discussão e votação foi a proposta **aprovada por unanimidade.**

**12. Concurso público sem publicitação internacional para a “Construção de equipamentos de saúde primária – USF de Milheirós – Acordo de Colaboração com a ARS Norte, na freguesia de Milheirós”**

Proposta de decisão sobre pedido de esclarecimentos/erros e omissões e prorrogação do prazo de apresentação de propostas

Informação da Divisão de Contratação Pública e Aprovisionamento – registo n.º 76/23

Depois de submetida a discussão e votação foi a proposta de decisão sobre pedido de esclarecimentos/erros e omissões e prorrogação de prazo de apresentação de proposta, **ratificada por unanimidade.**

**13. Rede Europeia de Municípios Amigos das Famílias**

Proposta subscrita conjuntamente pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal, António Domingos da Silva Tiago e pela Senhora Vereadora do Pelouro do Desenvolvimento Social e Demografia, Emília de Fátima Moreira dos Santos – registo n.º 6210/24

Depois de submetida a discussão e votação foi a adesão do Município da Maia à Rede Europeia de Municípios Amigos da Família, **aprovada por unanimidade.**

**14. Espetáculo de teatro infantil “Aladino e a lâmpada mágica” – fixação do preço dos bilhetes e aprovação da entrada de receita**

Informação da Divisão de Cultura – registo n.º 4855/24



Depois de submetida a discussão e votação foi a retificação da deliberação tomada na 4.ª reunião de Câmara ordinária de 05 de fevereiro de 2024, ponto 14, na qual, por lapso, era mencionado o espetáculo de teatro infantil "Branca de Neve", quando a fixação do preço e a aprovação da entrada de receita era para o espetáculo de teatro infantil "Aladino e a lâmpada mágica", **aprovada por unanimidade.**

**15. Pedido de isenção de taxas para desfile de Carnaval em 09/02/2024 – Associação de Pais do EB/JI de Pedras Rubras**

Informação da Divisão de Planeamento e Gestão Financeira – registo n.º 1139/24

Depois de submetido a discussão e votação foi o pedido de isenção de taxas solicitado pela Associação de Pais do EB/JI de Pedras Rubras, **aprovado por unanimidade.**

**16. Pedido de isenção de taxas para desfile de Carnaval em 09/02/2024 – Associação de Pais da EB/JI da Bajouca**

Informação da Divisão de Planeamento e Gestão Financeira – registo n.º 1548/24

Depois de submetido a discussão e votação foi o pedido de isenção de taxas solicitado pela Associação de Pais da EB/JI da Bajouca, **aprovado por unanimidade.**

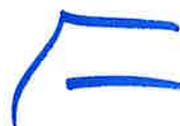
**17. Pedido de isenção de taxas para desfile de Carnaval em 09/02/2024 – Associação de Pais e Encarregados de Educação da EB1/JI da Cidade Jardim**

Informação da Divisão de Planeamento e Gestão Financeira – registo n.º 1961/24

Depois de submetido a discussão e votação foi o pedido de isenção de taxas solicitado pela Associação de Pais e Encarregados de Educação da EB1/JI da Cidade Jardim, **aprovado por unanimidade.**

**18. Pedido de isenção de taxas para desfile de Carnaval em 09/02/2024 – Associação de Pais da EB1 de Ferrinho**

Informação da Divisão de Planeamento e Gestão Financeira – registo n.º 3921/24



Depois de submetido a discussão e votação foi o pedido de isenção de taxas solicitado pela Associação de Pais da EB1 de Ferronho, **aprovado por unanimidade.**

**19. Pedido de isenção de taxas para desfile de Carnaval em 09/02/2024 – Associação de Pais E. E. da EB1/JI de Crestins**

Informação da Divisão de Planeamento e Gestão Financeira – registo n.º 4114/24

Depois de submetido a discussão e votação foi o pedido de isenção de taxas solicitado pela Associação de Pais E. E. da EB/JI de Crestins, **aprovado por unanimidade.**

**20. Pedido de isenção de taxas para vistoria de salubridade – Adozinda Rodrigues da Silva**

Informação da Divisão de Planeamento e Gestão Financeira – registo n.º 4533/24

Depois de submetido a discussão e votação foi o pedido de isenção de taxas solicitado pela Senhora Adozinda Rodrigues da Silva, **aprovado por unanimidade.**

**21. Pedido de isenção da tarifa do serviço de gestão de resíduos urbanos – apresentado pela requerente Maria Albertina Barbosa, proprietária da lavandaria “A Loucura do Sabão, Lda.”**

Proposta subscrita pela Senhora Vereadora do Pelouro da Qualidade de Vida, Ambiente, Clima e Energia, Marta Moreira de Sá Peneda – registo n.º 5204/24

Depois de submetido a discussão e votação foi o pedido, aplicando-se uma redução de 50% da componente variável da TSGRU, **aprovado por unanimidade.**

**22. Relatório de Avaliação Externa do Equal+ - Plano Municipal para a Igualdade e não Discriminação da Maia (2022/2023)**

Informação do Departamento de Desenvolvimento Social, Desporto e Juventude – registo n.º 7111/24

Depois de submetido a discussão e votação foi o Relatório de Avaliação Externa do Maia Equal +, Plano Municipal para a Igualdade e Não Discriminação do Município da Maia, **aprovado por unanimidade.**



**23. Constituição de fundos de maneiio para o exercício de 2024, nos termos Regulamento Interno do município da Maia, face ao disposto no ponto 2.9.10.1.11 do Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro não revogado pelo Decreto-Lei n.º 192/2015 de 11 de setembro - Sistema de Normalização Contabilista para as Administrações Públicas (SNC-AP), conforme dispõe o seu artigo 17.º - Norma Revogativa**

Informação do Departamento de Finanças e de Património – registo n.º 3494/2024

Depois de submetida a discussão e votação foi a constituição de fundos de maneiio para o exercício de 2024, a favor dos titulares identificados e de acordo com as rubricas de classificação económica e de despesas mencionadas, **aprovada por unanimidade.**

**24. Atribuição de uma comparticipação não financeira à Cruz Vermelha Portuguesa – Delegação da Maia - €12 000,00 (doze mil euros)**

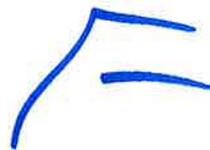
Proposta subscrita conjuntamente pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal, António Domingos da Silva Tiago e pela Senhora Vice-Presidente da Câmara Municipal, Emília de Fátima Moreira dos Santos – registo n.º 6378/24

Depois de submetida a discussão e votação foi a celebração de um contrato de comparticipação não financeira com a Cruz Vermelha Portuguesa – Delegação da Maia, atribuindo-se um apoio no montante estimado de €12 000,00 (doze mil euros), de acordo com as cotações do mercado, correspondente ao abastecimento de até 1000l (mil litros) de gasóleo mensais, durante doze meses, distribuídos por duas viaturas, **aprovada por unanimidade.**

**25. Aprovação das normas e tabela de preços para 26.ª Feira de Artesanato da Maia**

Proposta subscrita conjuntamente pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal, António Domingos da Silva Tiago e pelo Senhor Vereador do Pelouro da Competitividade Económica, Relações Internacionais e Turismo, Paulo Fernando de Sousa Ramalho – registo n.º 4338/24

Depois de submetidas a discussão e votação foram as normas e tabela de preços



para a 26.ª Feira de Artesanato da Maia, **aprovadas por unanimidade.**

**26. Alteração orçamental modificativa (revisão) aos Documentos Previsionais de 2024 | Primeira ao Orçamento da Receita | Primeira ao Orçamento da Despesa | Primeira ao Plano Plurianual de Investimentos (PPI) | Primeira ao Plano de Atividades Mais Relevantes (PAM)**

Informação do Departamento de Finanças e Património – registo n.º 7675/24

Depois de submetida a discussão e votação foi a Alteração Orçamental Modificativa (revisão) aos Documentos Previsionais de 2024 | Primeira ao Orçamento da Receita | Primeira ao Orçamento da Despesa | Primeira ao Plano Plurianual de Investimentos (PPI) | Primeira ao Plano de Atividades Mais Relevantes (PAM), **aprovada por maioria, com os votos contra do Partido Socialista.**

Apresentação à Assembleia Municipal nos termos e para os efeitos previstos na alínea a) do ponto 8.3.1.4 do POCAL e alínea a) do n.º 1 do art.º 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual.

**27. Balanço à Tesouraria da Câmara Municipal da Maia (abertura do dia 03 de janeiro de 2024)**

Informação do Departamento de Finanças e Património – registo n.º 5142/24

**Foi tomado conhecimento.**

**28. Compra e venda de uma parcela de terreno sita no Lugar do Soutinho, na freguesia da Cidade da Maia, concelho da Maia**

Despacho exarado pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal, António Domingos da Silva Tiago – registo n.º 4441/24

**Foi tomado conhecimento.**

**29. Compra e venda de dois prédios de rústicos, sitos no Lugar do Carvalho e Lugar do Xisto, na freguesia da Cidade da Maia, concelho da Maia**

Despacho exarado pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal, António Domingos da Silva Tiago – registo n.º 4479/24

**Foi tomado conhecimento.**



### **30. Declaração de compromissos plurianuais existentes a 31 de dezembro de 2023 – SMAS da Maia**

Informação do Departamento de Finanças e Património – registo n.º 4593/24

#### **Foi tomado conhecimento.**

Apresentação à Assembleia Municipal nos termos e para os efeitos previstos na alínea a) e c) do n.º 2 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, conjugada com a alínea c) do n.º 2 do artigo 15.º da Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso (LCPA), publicada pela Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, na sua redação atual.

### **31. Associação de Municípios Rede Portuguesa de Municípios Saudáveis – Plano de Atividades e Orçamento para 2024 aprovado e assinado**

Informação da Divisão de Planeamento e Gestão Financeira – registo n.º 64 196/23

#### **Foi tomado conhecimento.**

Apresentação à Assembleia Municipal nos termos e para os efeitos previstos na alínea a) e b) do n.º 1 do artigo 42.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, na sua redação atual e alínea a) do n.º 2 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual.

### **32. Resumo Diário da Tesouraria**

Informação emanada do Departamento de Finanças e Património – registo n.º 7545/24

#### **Foi tomado conhecimento.**

A Câmara Municipal mais deliberou, por unanimidade, aprovar em minuta as deliberações tomadas, para efeitos de execução imediata.



Pelas 19:15h o Senhor Presidente da Câmara encerrou a reunião, da qual se lavra a presente ata, que é constituída por 19 (dezanove) páginas e respetivos anexos.

O Presidente da Câmara Municipal da Maia

António Domingos da Silva Tiago

A Secretária da Reunião

Marisa Neves

Maia e Paços do Concelho, 19 de fevereiro de 2024